

Taxa de IRS com “escalões infinitos”

No ano de 2022, o Estado português arrecadou 16,9 mil milhões de euros com a receita fiscal do IRS. Este valor regista a continuação da tendência positiva de reforço das receitas de IRS. Desde 2015, verificou-se um aumento de 29%, para o qual os 700 000 postos de trabalho criados pelo Partido Socialista em muito ajudaram. Estes números representam o sucesso das medidas de alívio deste imposto sobre as famílias portuguesas com menores rendimentos, conseguida à custa do aumento do número de escalões do IRS. Há, no entanto, ainda muito caminho a percorrer.

A taxa de IRS é no fundo uma primeira derivada aplicada sobre o rendimento coletável. Se a taxa a aplicar for uma taxa única de 15%, significa que a primeira derivada é de 0,15 e que será esse o fator de multiplicação para o cálculo do valor do imposto.

Sabemos que este é o modelo defendido pela direita radical portuguesa. Mas também sabemos que é um modelo extremamente injusto, pois 15% para alguém que ganhe 820€ mensais pode ser a diferença entre ter ou não pão na mesa, poder ou não comprar medicação ou assegurar a educação dos filhos. Enquanto que os mesmos 15% para uma pessoa que ganha 10 000€ mensais não colocam quaisquer desses direitos humanos e sociais em causa. Já para não falar de que com o Partido Socialista alguém com um rendimento de 820€ mensais estará isento de pagar IRS, e que com a direita portuguesa 90% do corte da receita do IRS (com impactos profundos no Estado Social) destina-se aos 4% de portugueses mais ricos.

O modelo atual de escalões de tributação do IRS é justo porque é progressivo. Consiste numa função em escada da taxa a aplicar em função do rendimento dos cidadãos, de maneira a proteger os mais desfavorecidos e a que aqueles que podem mais contribuam mais. O problema aqui é que a variação repentina de taxa na transição entre escalões faz com que salários brutos maiores possam resultar em salários líquidos mais baixos. O que significa que é possível termos trabalhadores a ganhar menos com empresas a gastar mais, ou trabalhadores a perderem dinheiro por fazerem horas extraordinárias.

É por isto que os proponentes desta moção sugerem a introdução de uma segunda derivada. Quer isto dizer, a introdução de uma taxa de IRS com variação gradual, semelhante a um modelo de “escalões infinitos”, de maneira que a um salário bruto maior corresponda sempre um salário líquido maior. Assim sendo, um casal com filhos dentro de qualquer escalão pode fazer horas extraordinárias ou receber um aumento do seu rendimento bruto, sem correr o risco de saltar de escalão e ficar com um rendimento líquido menor que o inicial.

A função de escalões infinitos pode e deve ser otimizada em função das necessidades de financiamento e da realidade tributária nacional. Mas assim que esteja definida pode ser simplesmente aplicada utilizando uma conta de calculadora, na era do Machine Learning e da Inteligência Artificial.

Em conclusão, um regime de taxação progressiva do IRS com “escalões infinitos” representaria uma taxação mais justa dos rendimentos, com maiores proveitos para os trabalhadores e empresas, alavancando com isso a competitividade da nossa economia.

Primeiro subscritor: Ricardo Magalhães, militante nº 187 799